

A CIRANDA INFANTIL DO MOVIMENTO SEM TERRA NO BRASIL: FORMAÇÃO POLÍTICA NA INFÂNCIA

Dayane Santos Silva Dalmaz¹ - UNICENTRO

dayanemitsue@hotmail.com

Daiane Scarmocin – UNICENTRO

daya_scar@hotmail.com

Eixo 11: Educação infantil (do campo e da cidade)

Resumo: O presente artigo analisa a proposta de Educação Infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a qual recebe o nome de Cirandas Infantis. O objetivo desta pesquisa é analisar quais são os limites e avanços da proposta das Cirandas Infantis dentro da especificidade do campo, visa ainda, compreender como se dá o processo de formação da criança para militância no MST. O tema é relevante, pois se trata de uma faceta da educação que ainda é pouco estudada e discutida no meio acadêmico, por isso merece ser investigado. Esta pesquisa é bibliográfica e seguirá como referência para elaboração da análise a abordagem qualitativa por intermédio dos conteúdos e informações extraídos dos documentos e Cadernos de Educação do MST. Como fontes de estudo e fundamentação teórica usaremos as obras de: Arenhart (2007), Arroyo (2008), Bihain (2001), Caldart (2008), Correia (2004).

Palavras-chave: Educação Infantil; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Cirandas Infantis; Formação Política.

Introdução

A Educação Infantil tem sido para nós uma área inquietante de investigação, porque traz no processo histórico de sua conformação a luta de pais e mães trabalhadores, organizados em movimentos sociais pelo reconhecimento e garantia dos direitos à criança pequena, inclusive o direito à educação.

O presente artigo visa analisar a proposta das Cirandas Infantis do MST, dentro da especificidade do campo, e de que forma essa proposta contribui para formação política daqueles que vivem do campo e no campo, e ainda, compreender como se dá o processo de formação e militância da criança nas Cirandas Infantis.

¹ Pedagogas, acadêmicas do curso de Especialização em Educação do Campo – UNICENTRO – 2011.

Cabe ainda enfatizar que a presente pesquisa é bibliográfica e seguirá como referência para elaboração da análise a abordagem qualitativa por intermédio dos conteúdos e informações extraídos dos documentos e Cadernos de Educação do MST. Como fontes de estudo e fundamentação teórica usaremos as obras de: Arenhart (2007), Arroyo (2008), Bihain (2001), Caldart (2008), Correia (2004).

Salientamos a relevância desta pesquisa, pois visa compreender quais são os limites e as contribuições das Cirandas Infantis à educação infantil e para a especificidade do campo. Trata-se de um tema desafiador que merece ser investigado e compreendido, mesmo diante da pouca produção de conhecimento na área. Essa pesquisa visa contribuir para que as crianças do campo tenham direito e acesso a uma Educação Infantil digna e de qualidade, bem como valorizar as propostas existentes e produzir conhecimento na área.

Cirandas infantis do MST: uma ciranda pelas crianças?

O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST deu-se pela luta dos camponeses pela reforma agrária no Brasil. A partir de 1978, proliferaram vários conflitos de camponeses em decorrência das contradições criadas pelas políticas capitalistas desenvolvidas nos governos militares. Em 1979 começaram as primeiras ocupações de terras improdutivas na região sul do país, e em 1984 o MST se consolidou como um Movimento de luta pela terra (SILVA, 2004).

Inicialmente o objetivo do Movimento estava somente relacionado à reforma agrária, mas os integrantes começaram a perceber que a luta pela terra não era o suficiente para romper com a lógica de exclusão do sistema capitalista. “Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola” (MST, 2005, p. 11).

Nesta perspectiva, o Movimento visa por meio da educação formar sujeitos capazes de intervir na realidade, e construir na prática um novo projeto de campo e de sociedade, sustentado no trabalho e na cooperação (MST, 2005, p. 8).

Para o Movimento lutar por educação não significa lutar por escolas formais, ou seja, a educação se constrói independente de um espaço físico escolar, ela se dá pelos sujeitos que nela estão inseridos, por isso, a necessidade de formar professores do próprio acampamento e assentamento, com a intenção de cultivar a ideologia e a militância do

MST e fortalecer a luta, sem perder a identidade do Movimento (MST, 2005).

Neste sentido, a educação no MST ultrapassa as paredes das escolas, é uma educação pautada na vida, ou seja, na ideologia do Movimento, na luta e nos conflitos sociais.

Silva (2004) assevera que os processos educativos desenvolvidos pelo MST são utilizados, não só para a capacitação técnica para o trabalho, mas para a alteração da subjetividade ideológica do trabalhador sem-terra. O movimento utiliza o conhecimento social do sem-terra para, de forma metodológica, interferir na formação de sua subjetividade ideológica e política e para a formação da identidade de classe. Sendo assim, a educação é um dos principais pilares que propicia a construção social do MST enquanto movimento.

Diante disso, pode-se afirmar que a educação no Movimento se difere das propostas das demais escolas, porque sua proposta pedagógica está pautada na luta e identidade de um povo, que se reconhece como cidadão, os quais tem direitos e deveres sociais, mesmo não tendo propriedade privada, no caso um pedaço de terra para plantar e viver. Por isso, a proposta de educação do MST tem um caráter inovador, já que visa romper com a lógica conservadora da escola, no que tange à reprodução da ideologia dominante e à formação para o mercado de trabalho, bem como objetiva contribuir para a transformação social.

Conforme o Dossiê do MST publicado em 2005 (p. 164), “a educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreado”.

A proposta educacional do MST se constituiu com o objetivo de despertar nos sem-terra o sentimento de pertencimento, isto é a consciência política e ideológica do que é ser um trabalhador/a, ou criança sem-terra e não somente da necessidade de atender às crianças oriundas das famílias acampadas e assentadas. Segundo essa proposta, não há como separar o que está acontecendo no assentamento e no trabalho da sala de aula. Neste sentido, a escola do MST é diferenciada, inclusive porque o contexto onde ela se instala é diferente. É uma escola voltada para sua realidade, que procura fazer uma crítica do modelo de escola tradicional, o qual prepondera na maioria das escolas brasileiras (MST, 2005).

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que um dos princípios filosóficos da proposta

de educação do MST, está relacionado à educação para formação da consciência de classe. Para o Movimento a proposta educacional se traduz em:

[...] uma educação, que cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras, visando através de cada prática, em última instância, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para a organização de trabalhadores, a começar pelo próprio MST. Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores (MST, 1996, APUD DOSSIÊ, 2005, p. 161).

E é neste contexto que as Cirandas Infantis foram concebidas, especialmente porque muitas mães/mulheres do MST queriam participar ativamente das ações do Movimento, mas tinham que deixar seus filhos ainda pequenos em lugares seguros enquanto participavam das discussões, organizações e embates. De acordo com o MST (2004), as mulheres desejavam cada vez mais participar da luta pela terra, pela reforma agrária, por um novo modelo de agricultura e pela mudança social, mas com as mães militantes haviam também as crianças, assim foram criadas as primeiras experiências de atendimento organizado para as crianças pequenas (“sem terrinhas”). Posteriormente, a construção de creche deixa de ser uma reivindicação somente vinculada ao trabalho feminino e torna-se uma necessidade para as famílias do campo.

Segundo Posseto (apud Silva, 2007), em 1996, o Movimento percebeu que havia várias iniciativas de creches nos assentamentos, então começaram as discussões em nível nacional para a implantação de “creches” nos acampamentos e assentamentos do MST. Entretanto, a grande preocupação do Movimento foi não fazer das creches um “depósito de crianças”, mas sim, um espaço de formação de sujeitos capazes de agir, refletir e consequentemente modificar a realidade. Outro objetivo é a formação de militantes para o Movimento desde a infância, os denominados “sem-terrinha”.

De acordo com Silva (2007), no início os espaços destinados à Educação Infantil nos acampamentos e assentamentos eram insalubres, sem brinquedos e não havia nenhum planejamento estrutural, e só existiam porque as famílias necessitavam deste tipo de atendimento às crianças, durante o seu envolvimento nas atividades do Movimento. Essa realidade ainda está presente em alguns acampamentos e assentamentos, mas também existem Cirandas Infantis que já estão consolidadas como propostas de qualidade destinadas às crianças pequenas.

Bihain (2001, p.27) relata que no início as Cirandas Infantis aconteciam em:

[..] uma casa sem divisórias e sem o mínimo de estrutura para acolher as crianças, para alimentá-las, para oferecer-lhes seus horários de sono, seus momentos de lazer e de brincar. Enfim, era um espaço sem atrativos, sem ocupações, sem conforto. O atendimento era feito por crianças maiores e algumas jovens educadoras leigas.

Para Bihain (2001), o Movimento começou a discutir as Cirandas Infantis em 1996. Haviam debates internos, tanto no setor de educação como nas outras esferas do movimento, cujo objetivo era pensar um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos de idade. Segundo a autora, a partir daí se constituiu uma Comissão de Educação Infantil, e uma das primeiras ações desta Comissão, foi traçar um plano de ação, com o desafio e a responsabilidade de oferecer as crianças de 0 a 6 anos de idade, acesso a cuidados básicos, como alimentação, higiene, sono, segurança e afeto.

Ainda de acordo com a autora, o nome de Cirandas Infantis, se deve ao fato das crianças serem sujeitos de direitos, e por isso todas elas têm o direito de viver plenamente sua infância. Para a autora:

O nome Ciranda Infantil não surge por acaso, ele surge expressando aquilo que buscávamos que sonhávamos para as crianças das áreas de assentamento e acampamentos no que se refere aos processos educativos para essa faixa etária. O nome Ciranda nos lembra criança em ação. E essa ação dá-se na brincadeira, que dever ser uma brincadeira coletiva. Vai além do brincar juntos, pois é um espaço de construção de relações através de interações afetivas, de solidariedade, de sociabilidade, de amizade, de fraternidade, de solidariedade, de linguagem, de conflitos e de aprendizagem [...]. (BIHAIN 2001, p. 30)

Segundo o MST (2004, p. 24), no início as creches eram chamadas de Círculos Infantis, a escolha desse nome significava uma referência à experiência cubana. Após longo processo de discussão passou a se denominar Ciranda Infantil, que remete à nossa cultura popular, às nossas danças, brincadeiras, e à cooperação, a força simbólica do círculo, ao coletivo e ao ser criança.

Ainda afirma o MST, que a Ciranda Infantil é um espaço educativo, com o objetivo de trabalhar as várias dimensões do ser criança sem terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasias e personalidade em formação. Nesses espaços procura-se vincular as vivências com criatividade, as relações de gênero, a

cooperação, a criticidade, a autonomia; o trabalho educativo, a saúde e a luta pela dignidade de concretizar a conquista da terra pela reforma agrária, e consequentemente as mudanças sociais. São muito mais que espaços físicos, são espaços educativos intencionalmente planejados. Espaços de trocas de saberes, aprendizados e vivências de relações humanas (MST, 2004, p. 37).

De acordo com o MST (2004, p. 39), os objetivos das Cirandas Infantis são:

- Criar um espaço educativo para os filhos e filhas das famílias que participam do MST;
- Implementar a pedagogia do MST em Educação Infantil;
- Implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST;
- Organizar atividades nas quais as crianças sejam sujeitos do processo;
- Desenvolver a cooperação, de forma educativa que construa a vivência de novos valores;
- Trabalhar a criação de vínculos e relações com, os demais setores do Movimento;
- Garantir a formação política pedagógica permanente das educadoras e dos educadores infantis;
- Realizar atividades com conjunto com as comunidades assentadas e acampadas.

Embora sejam objetivos relevantes para o desenvolvimento de uma proposta educativa direcionadas às crianças do campo, como mencionamos, as Cirandas Infantis ainda apresentam muitos limites, pois sua estrutura física nem sempre atendem as necessidades das crianças. Geralmente funcionam debaixo de lonas ou árvores, sem condições mínimas de higiene e conforto para as crianças. Na verdade elas acontecem porque existe a necessidade de atender as famílias do MST, mas o Movimento salienta que a proposta da Ciranda é ser diferente da creche urbana, portanto, ela pode existir independente da estrutura física que se tenha.

Entretanto, oportunizar as crianças “[...] um ambiente aconchegante, seguro e estimulante” (BRASIL, 1997, p. 15) não é apenas um desafio das Cirandas Infantis do MST, mas de todas as instituições de Educação Infantil do país.

No entanto, o MST reconhece a condições precárias de infraestrutura e materiais

de muitas Cirandas Infantis, mas salientam que mesmo assim esses espaços precisam existir, pois viabilizam as famílias condições para que possam ser liberadas para lutar por uma vida mais digna no campo. Deste modo, as Cirandas Infantis acontecem e são organizadas de acordo com a necessidade do Movimento.

A organização das Cirandas Infantis ocorre de duas formas: nos acampamentos funciona de forma itinerante, ou seja, a Escola e a Ciranda acompanha o Movimento em todas suas ações, isto é, nas ocupações, assembleias, reuniões, marchas e demais ações; nos assentamentos ela é permanente, “desde que o processo seja organizado com um público mais fixo e com periodicidade e encontros mais frequentes, (BIHAIN, 2001, p.34)”. Contudo, elas ocorrem mais frequentemente de forma itinerante nos acampamentos, mas segundo o MST, a implementação das Cirandas Infantis Permanentes se configura como um desafio a ser superado, em função da ausência de políticas públicas para Educação Infantil do Campo.

Embora haja poucas políticas públicas destinadas aos sujeitos do campo, o Movimento acredita que a “educação não é sinônimo de escola”, por isso os processos educativos ocorrem dentro do Movimento, seja com ou sem uma estrutura física adequada. Neste sentido, parece que o Movimento tem claro que a educação se dá na prática social, por meio das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos. Entretanto, não se pode negar que a escola é o *lócus* de apropriação do conhecimento científico e que mesmo que reproduza a ideologia da classe dominante, possibilita a crítica, a qual se dá nos espaços de contradição viabilizados pela escola.

Outro limite das Cirandas Infantis está relacionado à formação dos professores, pois grande parte dos educadores que trabalham com as crianças são leigos ou estão em processo de formação, mas de acordo com as concepções do MST (2004, p. 39), isso não impede que as Cirandas Infantis funcionem, visto que segundo o Movimento “essa educadora, esse educador, pode ser uma professora, uma mãe, um pai, uma jovem, um jovem. Cabe destacar mais uma vez que essa concepção sobre formação do Movimento está fundada na ideia de que os processos de troca são educativos, o coletivo educa. De acordo com Bihain (2001, p. 45), existe uma fragilidade na Educação Infantil do MST, pois não há uma preocupação com todo processo de desenvolvimento das crianças, ou seja, não há prioridade no trabalho com as crianças pequenas.

Do nosso ponto de vista, os processos educativos desenvolvidos com as crianças devem ser qualitativos, ou seja, a relação que o adulto estabelece com a criança, nos

espaços de educação infantil, deve ser orientada pela formação que este adulto tem. Neste sentido, se faz necessário dizer que o lugar de onde falamos defende inexoravelmente que:

A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica. A formação é um direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade. Podem os processos de formação gerar ou desencadear mudanças? Sim, se as práticas concretas feitas nas creches, pré-escolas e escolas e aquilo que sobre elas falam seus profissionais forem o ponto de partida para as mudanças que se pretende implementar. [...] Para ser professor, mais do que gostar de ensinar, é preciso gostar de aprender, o que implica em compreender que a formação científica, cultural e política não para. [...] A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas para tanto, precisa de um profissional que reconheça as características da infância.(KRAMER, 2005 p. 224-225)

Portanto, a educação das crianças de 0 a 5 anos idade, requer não apenas “boa vontade”, mas sim formação e conhecimentos específicos que são necessários para os professores atuarem junto aos pequenos, independente do contexto social onde a criança está inserida. Entretanto, embora o Movimento tente promover a educação infantil para as crianças do campo, o que ocorre muitas vezes é resultante da precarização dessa etapa da educação, pela marginalização e abandono político-social dos sujeitos do campo nas políticas públicas brasileiras.

Vale acrescentar que o descaso com a formação do professor de educação infantil, não é uma realidade exclusiva da Educação Infantil do Campo. Nos centros urbanos também não há uma preocupação significativa com a formação de professores, pelo contrário, atualmente as creches estão recebendo “educadoras” sem nenhuma formação na área da educação, isto é, basta gostar e cuidar da criança que uma adolescente com pouca formação pode ser estagiária nas turmas de crianças da educação infantil brasileira. Podemos ir além e arriscar a dizer que revivemos o momento da institucionalização do emprego de babá nas creches brasileiras. Ainda não nos libertamos da concepção dualista de Educação Infantil, ora se cuida, ora se educa as crianças pequenas.

Para Bihain (2001), de modo geral as Cirandas Infantis deixam muito a desejar, no que refere ao atendimento de questões básicas como: estrutura física, alimentação,

sono, organização e higiene, entre outras atividades que são indispensáveis para se desenvolver um trabalho que de fato atenda as necessidades infantis.

Portanto, cabe as Cirandas Infantis bem como os as instituições de Educação Infantil promover o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos de idade em todas as dimensões: emocional, físico, motor, social, emocional e intelectual, mas para isso concordamos com Kramer (2005, p. 225-226) ao afirmar que:

Apesar de com ou sem projetos do MEC ou de Secretarias, os profissionais designados para essa tarefa precisam assumir a reflexão sobre a prática, o estudo crítico das teorias que ajudam a compreender as práticas, criando estratégias de ação, rechaçando receitas e manuais. O eixo norteador precisa ser a prática aliada à reflexão crítica, tendo a linguagem como elemento central que possibilita a reflexão, interação e transformação dos processos de formação em espaços de pluralidade de vozes e conquista da palavra.

Neste sentido, a seguir apresentamos alguns aspectos da formação de pequenos militantes do MST.

A formação para militância nas cirandas infantis: os sem-terrinhas

De acordo com o MST (1999, p. 32), “as mobilizações infantis são fruto de todo um processo vivenciado, de práticas e reflexões sobre a educação que queremos nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do Movimento Sem Terra”.

A educação para o trabalho é um dos princípios da educação no MST, ou seja, a relação entre trabalho e escola são indissociáveis no Movimento. Essa educação para o trabalho não se resume em fazer uma horta na escola. O trabalho é o meio pelo qual o processo educativo acontece: “O trabalho se torna mais plenamente educativo, na perspectiva do tipo de sociedade que queremos construir, quando ele consegue mexer com o maior número de dimensões do ser humano, todas no sentido de gerar sujeitos sociais (MST, 2005, p. 93)”.

Para o Movimento o trabalho tem o papel fundamental na formação do sujeito político e social, porque é nele que se dá o sentido de pertencimento a uma classe, neste caso, à classe trabalhadora. E o trabalho sendo eixo da prática pedagógica, torna-se mais presente e possível a relação entre teoria e prática, isto é, a articulação entre o trabalho e a

educação, permite que as crianças se apropriem do conhecimento científico e vivenciem situações concretas por intermédio do conhecimento empírico.

Na Educação Infantil as vivências, ou seja, as experiências, realização de pequenas tarefas são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois por intermédio de situações reais a criança tem mais possibilidade de compreender as relações sociais e afetivas, bem como as situações de conflitos sociais existentes. E, tratando-se de Educação do Campo essas práticas são necessárias para que os sujeitos do campo tenham a materialidade como base da produção do conhecimento. Desta forma, o conhecimento será significativo e socialmente útil. Nesse sentido o MST, concebe que educação é um dos principais meios para consolidar e avançar o modelo de desenvolvimento rural proposto pelo Movimento, e assim propiciar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo (MST, 2005, p.40).

Vale destacar que ao propor uma educação que tem como o princípio o trabalho, o Movimento tem como objetivo engajar os educandos na sua luta social e política, ou seja, formar militantes, não exclusivamente para o MST, mas para luta popular contra a exclusão, miséria e desigualdade social promovida pelo capitalismo, a partir da formação de consciência de classe e do sentimento de pertença.

Nesta perspectiva, as crianças pequenas participam junto com sua família de todas as ações do MST, nas caminhadas, nas ocupações, nos eventos, assembleias e nas místicas²: “O trabalho da Escola é participar deste processo. Refletir com as crianças. Ex.: explicar o porquê das ações. Trabalhar com elas os sentimentos de medo, de revolta, mas também de conquista, entusiasmo e de aventura que vivem (MST, 2005, p. 47).

Para Caldart (2008), a educação no Movimento é intencionalmente política:

É este vínculo com as lutas sociais, com os movimentos sociais, que coloca a Educação do Campo como herdeira e, ao mesmo tempo, construtora de Pedagogia do Movimento, que aos poucos se conforma como componente importante da tradição pedagógica vinculada a processos de transformação social e de emancipação humana. A pedagogia do Movimento reflete sobre como os Movimentos Sociais constituem a matriz pedagógica à medida que

Neste sentido que está apresentada no texto, mística é uma apresentação artístico-cultural, feita ao início das atividades formais do MST. Nestas apresentações são utilizados símbolos do Movimento que, para seus indivíduos, representa a memória e a utopia das lutas dos trabalhadores no Brasil e no mundo; uma espécie de memória da cultura de resistência dos oprimidos: “... é o oxigênio da cultura, que mantém viva a esperança de fazer acontecer o esperado de forma inesperada. A mística é essencialmente surpresa.” (BOGO, 2002, p.43, APUD CORREIA, 2004, p. 42)

atuam como educadores ou como sujeitos pedagógicos da formação de novos sujeitos sociais capazes de intervir de alguma forma no cenário político da sociedade atual. E os Movimentos fazem isso não apenas quando ou se trabalham no campo específico da educação, mas também e principalmente quando sua dinâmica de luta e de organização pretende um projeto de formação (p. 28).

Nesse sentido, a formação educacional do Movimento, não é passível de neutralidade, pelo contrário, ela é intencional, ou seja, a formação militante no Movimento acontece desde muito cedo, com as crianças pequenas:

Uma vez que a condição de sem-terra envolve toda família, no MST, o lugar da criança, não é outro, se não o da própria luta; e é nesse contexto educativo que se engendram também grande parte das experiências de suas infâncias. Desse modo, pensar a infância no MST requer admitir que não existe uma realidade homogênea que a caracteriza, uma vez que condicionantes como classe, etnia, cultura e gênero colocam as crianças em confronto com diferentes experiências socioculturais [...]. Contudo, pode-se identificar que alguns elementos são comuns na constituição das experiências socioculturais das crianças que estão envolvidas na luta pela terra, como a condição de viverem suas infâncias no contexto do mundo rural, pertencerem à classe trabalhadora e fazerem parte do MST. Esse último elemento talvez seja o que mais as identifica enquanto coletividade e mais as diferencia em relação às outras crianças – que também vivem no meio rural e da mesma forma pertencem à classe trabalhadora. Mais do que ser filho e filha de acampados e assentados, a participação vai possibilitando também a construção de uma identidade coletiva, quando passam a perceber-se como Sem Terrinha (ARENHART, 2007, p. 10).

Esse sentimento de pertencimento a uma classe se faz necessário na formação política do sujeito do campo. Destacamos também, o papel do Movimento nessa mudança de paradigma com relação à infância, pois o MST vem desconstruindo essa visão romantizada e burguesa de infância “[...] a infância romântica não é a dos sem-terra, dos Sem-Terrinhas, dos filhos das mulheres que lutam pela terra, por sua dignidade (ARROYO, 2008, p. 52)”. Os Sem-Terrinhas, desde muito pequenos participam da luta e dos conflitos sociais da terra, e muitas vezes estão sujeitos a várias situações de risco. Embora este, configure-se como um limite, é na luta que a criança tem oportunidade de vivenciar situações concretas, pois comumente a criança “[...] aprende a ler, a escrever e a contar, mas não aprende a falar, a pensar, discutir, gritar, enfim não aprende a se indignar, a conhecer sua história, sua memória sua identidade e sua cultura (IDEM, 2008, p. 49)”.

Nesse sentido, na atualidade o MST constitui uma das expressões mais fortes de

organização, engajamento e mobilização coletiva da classe trabalhadora em nosso país. Apesar dos limites e das contradições que há na proposta educacional e em algumas ações do Movimento, nota-se que há uma grande preocupação com a formação educacional e política dos sujeitos do campo, bem como a formulação e efetivação de políticas públicas que abarque os sujeitos do campo, os quais foram historicamente esquecidos e marginalizados, para não dizer expropriados da terra e do direito de viver com dignidade.

Considerações Finais

A Educação do Campo no Brasil ainda se configura como um desafio a ser superado pelas políticas públicas. Embora haja muitos avanços nas discussões no âmbito acadêmico e propostas educacionais as esses sujeitos, ainda estamos distantes do processo de efetivação dessas políticas. A Educação do Campo ainda é negligenciada pelo poder público, na esfera na garantia de qualidade e acesso à educação da população do campo.

Na Educação Infantil do Campo o desafio é ainda maior, pois muitas crianças de 0 a 5 anos de idade tem o direito negado à Educação Infantil, ainda que esse direito seja assegurado pela legislação brasileira. Pode-se afirmar que no Brasil não temos a concretização de propostas educacionais direcionadas às crianças do campo por parte do poder público.

Entretanto, podemos considerar que existem algumas alternativas promovidas pela sociedade civil organizada que estão sendo efetivadas, dentre elas, as Cirandas Infantis concebidas pelo MST. As Cirandas são as únicas propostas de Educação Infantil do Campo no Brasil consolidadas nos últimos quinze anos. Neste sentido, mesmo que a proposta do MST tenha seus limites e desafios, ela representa na atualidade, um avanço na efetivação do direito à educação aos sujeitos do campo, inclusive às crianças. Cabe salientar mais uma vez que, o MST é um dos movimentos sociais brasileiros que mais se destaca pela luta na garantia dos direitos dos sujeitos do campo.

Para finalizar, salientamos que a ausência de políticas públicas aos sujeitos do campo é histórica, ainda que existam propostas, elas estão ainda se configurando e muitas se distanciam da realidade desses sujeitos, ou seja, não atendem as necessidades dessa

população. As condições de trabalho e acesso à Educação do Campo e no campo ainda são precárias e precisam ser revistas pelo poder público.

Por isso, o desenvolvimento de pesquisas nesta área são fundamentais, porque trata-se de uma discussão recente no Brasil e que demanda investigação. Nosso esforço neste estudo foi para contribuir para que os sujeitos do campo tenham uma vida mais digna e uma educação de qualidade.

Referências

ARENHART, D. **Infância, educação e MST**: quando as crianças ocupam a cena: Chapecó, RS: Argos, 2007.

ARROYO, M. **Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Educação do Campo: Cadernos Temáticos, Curitiba: SEED, 2008.

BIHAIN, N. M. **A trajetória da educação infantil no MST**: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CALDART, R. S., (2004). **Elementos para Construção de um Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Educação do Campo: Cadernos Temáticos, Curitiba: SEED, 2008.

CORREIA, L. O. **Os filhos da luta pela terra**: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

KRAMER, S.. (org.) **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Crianças em Movimento** – as mobilizações infantis no MST. Coleção Fazendo escola, n.2. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Dossiê MST Escola**. Caderno de Educação, nº 13, Edição Especial, 1ª edição, agosto de 2005.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Educação do Campo**. Paraná: SEED, 2006

PEREIRA, Roberval Eloy. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural no estado do Paraná**. São Paulo: Annablume /Fundação Araucária, 2002

SILVA, Nélia Aparecida. **Concepção de Infância e Educação Infantil no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, 2007

SILVA, Êmerson Neves. **Formação e Ideário do MST**. Ed. Unisinos, Rio Grande do Sul, 2004